

A IM-PERTINÊNCIA DOS INTELECTUAIS E A DEMOCRACIA

(A PROPÓSITO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO) *

Joanildo A. Burity **

Este artigo tem como objetivo colocar a questão dos intelectuais no contexto de um discurso despretenso, a despeito de buscar suas fontes em narrativas autobiográficas à busca de ar fresco. Não se tratarão, certamente, de idiosincrasias individuais, mas de notas oriundas dos desejos de uma geração. Uma geração de intelectuais que se profissionalizou a partir dos anos 70 — dos quais sou como que fruto tardio, de meados dos 80 — e que tentou deixar suas marcas no curso da história do país.

Isto implica um cruzamento de contextos: este é um discurso cuja principal referência é a trajetória de intelectuais situados no campo das esquerdas, e portanto, apresenta um ponto de inflexão na relação entre intelectuais e política. Em segundo lugar, é um discurso que está situado num espaço e tempo: o Brasil dos anos 70-90; que só pode encontrar seu lugar de enunciação através de uma narrativa histórica que está longe de ser inocente e que pensa o tempo como urgência e entrelaçamento de incontáveis projetos e iniciativas parciais. Trata-se de reconhecer que para reinscrever o presente no passado tem-se que ignorar o modelo positivista e reinventar o passado. Enfim, este discurso presta-se a um tipo de “tradução” numa linguagem da im-pertinência, como se verá ao final.

* O autor gostaria de agradecer ao CNPq por proporcionar os recursos a partir dos quais este trabalho foi produzido.

** Doutorando em Ciência Política, Universidade de Essex, Inglaterra; Pesquisador Associado do Departamento de Ciência Política, Fundação Joaquim Nabuco.

Assim, os nossos instrumentos serão uma narrativa e uma tradução em chave teórica "suave". A primeira explorará três diferentes imaginários do vínculo do intelectual com a política no Brasil. A segunda se aventurará a explorar três conotações da im-pertinência da posição dos intelectuais, como pequena trilha para descobrir qual nosso possível horizonte de intervenção num contexto em que tal posição parece tão irrelevante e desmoralizada.

1. INTELECTUAIS, FUNÇÃO SOCIAL E O ESTADO: SOBRE MODERNIZAÇÃO E REVOLUÇÃO

A primeira figura do intelectual pode ser traçada a partir do início deste século no Brasil, como consequência direta do movimento republicano de fins do século passado. Inspirado na tradição do iluminismo e da revolução francesa, que de há muito se haviam tornado ingredientes essenciais de diversos movimentos políticos e culturais no país, esse imaginário¹ identifica-se diretamente com a tarefa de promover a racionalização de uma sociedade atrasada em relação ao "mundo desenvolvido". Empenhados em acelerar o ritmo do progresso, eles não podiam esperar que energias endógenas surgissem das entranhas daquela massa de atraso, superstição e corrupção. O fim da era "colonial" estava às portas. Racionalização deveria ser entendida como **ordenamento**, ou ainda, como **constituição do agente modernizador**. O sonho jacobino conhecia uma palavra bem precisa para definir tal agente: "**estado**". Nesse contexto, o estabelecimento de um estado racional, modernizador, e a constituição de uma categoria social de intelectuais vão lado a lado. De fato, para este imaginário aqui está o único terreno no qual a presença dos intelectuais pode ser politicamente relevante. Sua pertinência implica numa imbricação com o estado e a justificativa de sua própria posição, como guardiães daquilo sem o que a Nação não pode existir.

Deve-se observar que havia pelo menos duas fontes do projeto modernizador. Por um lado, pensadores socialistas, influenciados por Saint-Simon, Fourier e outros, que defendiam um conjunto de leis que regulasse os excessos, a avidez dos primeiros empresários.² Por outro lado, pensadores autoritários que defendiam um estado forte como forma de assegurar a homogeneidade e a unidade do "caráter

nacional". Ambas as fontes partilhavam uma fascinação explícita pelo estado, uma vez que nada deveria ser encontrado fora dele senão a teimosa oposição do atraso. Elas combinavam o fervor positivista pela Ordem e Progresso, transformado em slogan nacional da república, com elementos comunitaristas católicos da *Rerum Novarum* (ao menos como esta era interpretada então), os quais demandavam uma relação "protetora" e harmoniosa entre "empregados" e "empregadores", garantida pelo estado. O cenário estava (quase) pronto. Os intelectuais representavam a consciência condensada da **Nação**.³ O estado, seu instrumento e **locus** natural. A imagem do intelectual como aquele que traz a consciência às massas alienadas, embora compreendida de diversas maneiras, era inteiramente congruente com a "razão legislativa" predominante no discurso moderno.⁴

Entre 1930 e 1945, a idéia de um estado forte concretizou-se juntamente com a outra, de um papel autorizado, porque científico e ideologicamente neutro, dos intelectuais. Sua função seria "técnica", um ponto de encontro "neutro" para "interesses" divergentes, o momento de sua reconciliação. A experiência "fascista" do período Vargas (1937-1945); o frustrado "golpe" dos comunistas de 1935; o crescente controle do movimento operário pelos comunistas; um acelerado ritmo de industrialização (facilitado pela conjuntura da segunda guerra mundial), urbanização e diferenciação social (mas por que todo este crédito à historiografia oficial?) — tudo isso pode ser interpretado como variações sobre um tema dado: "modernização pelo alto", "revolução passiva", "ideologia estatista".

Em cena nosso segundo imaginário. Poderíamos descrevê-lo como estando articulado em torno de uma **lógica da revolução**. Ele possui a mesma pulsão "legislativa" do anterior, já que na verdade cresceu à sombra do projeto modernizador. Só que colocando-se a tarefa de ser um catalizador do verdadeiro desenvolvimento, baseado no "popular" como nome do "nacional" (o qual, por sua vez, representa o que vimos chamando de projeto modernizador).⁵ Com a ressalva de que concordavam com a ortodoxia socialista de que tudo deveria ser feito a partir do lugar privilegiado do estado. E um importante grupo de intelectuais chegou mesmo a se propor a elaborar uma "ideologia do desenvolvimento", lançada a partir de uma agência estatal, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

No entanto, **aquele lugar** (do estado), já estava ocupado por outras forças. Algumas eram fatores de **impedimento** (o latifúndio e o imperialismo); outras, de avanço (os patriotas e a burguesia nacional progressista). A estratégia leninista, neste caso, prescrevia (i) uma **coalisão pelo desenvolvimento**, com os intelectuais pressionando as forças nacionalistas contra as elites agrárias conservadoras e, os “facaios do imperialismo” — **o nacional**; e (ii) **contornar as mediações institucionais** (desde 1945 o país experimentava um tipo de ordem liberal-democrática com componentes corporativistas, como se sabe) em caso de não se conseguir a direção do projeto modernizador, numa palavra, **revolução — o popular**.

Um difícil trabalho de **conscientização** das massas, uma astuciosa intrusão de intuições gramscianas no coração de uma concepção tática leninista.⁶ Isto é, uma tática de instigação progressiva de descontentamento, demandas “impossíveis” e adesão à tese de que não havia mais qualquer saída para formas de desenvolvimento “capitalista” (inclusive a sanção “liberal-democrática” da dominação). As tensões surgidas neste contexto ambivalente levaram os intelectuais da esquerda a **oscilar da modernização para a revolução**. Era o discurso da “Revolução Brasileira”, que tão veementemente ocupou os espaços políticos e culturais da segunda metade dos anos 50 aos anos 60. Uma importante cisão teve lugar na esquerda⁷ e a intensa radicalização do período 1961-1964 acabou com o dismantelamento do sonho de intelectuais de esquerda tomarem as rédeas do estado. Eles apostaram na “revolução” (o popular) como “modernização” (o nacional) e perderam. Os militares tomaram o estado.⁸ Primeira derrota: 1964. A derrota da tentativa nacional popular.

Teria se dado um desvio, devido à lógica “conciliatória” que caracterizaria as posturas pragmáticas dos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). De modo que talvez a questão fosse uma má interpretação do “caráter” da revolução. Assim, entre 1968 e 1974, a esquerda revolucionária (“comunistas revolucionários” maoístas e outras tendências marxistas-leninistas e trotsquistas) lançaram-se ao assalto contra o estado. As idéias de Debray e Guevara animaram a experiência de delírio. O estado não mais era o agente modernizador a ser pressionado a ser serviço do socialismo. Era o inimigo, um obstáculo a ser removido e substituído por um verdadeiro estado proletário. A

experiência da esquerda armada terminou, como se sabe, em estrondante vitória do regime. **Segunda derrota.** A derrota da libertação nacional. (O próprio estado repressor já não seria mais o mesmo depois disto. Mas não é este o espaço para discutir esta questão).

2. A EXPERIÊNCIA DA DERROTA E A DESCOBERTA DA "SOCIEDADE CIVIL": UMA CHANCE A MAIS PARA OS INTELLECTUAIS-LEGISLADORES?

Durante os anos 70 e 80, os remanescentes das esquerdas que não embarcaram na aventura guerrilheira durante o auge da repressão política (1967-1974), ou que a ela sobreviveram, sentiram urgente necessidade de redefinir o vínculo entre intelectuais e política. Resistindo ao dogmatismo do discurso marxista-leninista oficial dos comunistas, tais setores encetaram uma incansável busca de alternativas (políticas e argumentativas) e acabaram se encontrando numa situação duplamente impertinente: lançados fora do lugar existente para a relevância política dos intelectuais, as agências estatais; e engajados numa dupla batalha crítica — uma contra o dogmatismo, o instrumentalismo e o vanguardismo da esquerda tradicional e as alternativas históricas existentes do socialismo, e outra, contra o projeto tecnocrático da coalizão civil-militares no poder. Estamos a um passo do nosso terceiro imaginário.

Face a um estado simultaneamente "distante" e "fechado" o bastante para sofrer interferências, duas estratégias foram se fabricando para as quais o valor da "democracia" tornou-se crescentemente significativo. A primeira estratégia poderia ser chamada **autonomista**. Ela partia do reconhecimento de que deveriam haver **outros lugares** onde retomar a luta, que não os ocupados pelo estado. Logo muitos intelectuais perceberam que o alvo da estratégia da esquerda tradicional — o povo, ou mais restritamente, os trabalhadores — tinha que ser na verdade o sujeito de tal estratégia.⁹ Tratava-se de organizar a resistência a partir de onde se estava, "fora" do lugar "próprio" para a prática da política, dentro da "sociedade civil". Aquela luta deveria se dar em duas frentes: contra a lógica instrumentalista da velha esquerda (agora já se tornara admissível, embora ainda herético, atribuir-se os horrores do socialismo real a elementos fincados na raiz do projeto marxista) e contra o projeto repressivo e burocrático do regime militar. Em ambos

os casos lutava-se em nome de uma concepção de **democracia** que grosseiramente poderíamos designar, parafraseando Clastres, como “sociedade contra estado”.

Quais seriam os meios para tanto? Uma expressão que eventualmente surgiu parecendo injetar novas energias em corpos mortos designava-os como “**os movimentos sociais**”. A expressão tinha a vantagem, por um lado, de dar um nome aos diversos lugares e formas através dos quais a resistência era possível e de escapar ao ataque frontal do regime (por sua generalidade e ambigüidade). Por outro lado, ela apontava para o nascedouro de um autêntico projeto democrático que pudesse ser ao mesmo tempo socialista e popular. E seu **locus** seria o espaço indefinido (e que, a despeito, tinha que ser laboriosamente construído) da “sociedade”, tudo aquilo que sobrara ao domínio do “estado”. Esse espaço incluía o movimento operário organizado, mas o excedia ao admitir — e mesmo exigir — outros lugares **sociais** além da classe trabalhadora.¹⁰ Mas a via autonomista ainda recusava tentativas de mudar o caráter do estado desde dentro. A democracia deveria, antes, emergir como um **projeto alternativo, autônomo** ao da ordem autoritária.

Uma segunda estratégia, no entanto, foi se gestando como resultado da ressonância institucional que o movimento de oposição veio a ter a partir de 1974. Os militares tinham deixado formalmente intacto o princípio da representação política, com uma escolha entre governo e oposição que se foi transformando cada vez mais num instrumento plebiscitário dos sucessos e fracassos do regime. Apesar das restrições e casuísmos, havia uma **margem para manobras** que foi sendo inteligente e pacientemente aproveitada. Os liberais foram os primeiros a descobri-la. Também a velha esquerda o fez (agora o termo já definiria parte da esquerda revolucionária de antes, como o PCdoB). Avanços eleitorais foram obrigando a uma ampliação progressiva dos espaços institucionais da política. Também o sonho autonomista de um partido político dos subalternos que fosse democrático e socialista se concretizou no PT, no bojo do retorno ao pluripartidarismo. O caminho eleitoral trazia embutida uma lógica que resistia às esperanças autonomistas, uma lógica de **transição**.

O projeto de transição (no sentido preciso que estamos usando aqui) era muito mais sensível aos constrangimentos sob os quais a mudança teria que se dar do que

o autonomista. Para tais grupos, além do trabalho organizativo ao nível dos “movimentos sociais”, havia também a necessidade de negociar apoio para a conquista da democracia e para se qualificarem como gestores abalizados do estado. Em outras palavras, a **transição** implicava uma lógica de conciliação e competência, na subordinação de uma lógica insurrecional ao ritmo de um processo de longa duração. Isto correspondia a diferentes atitudes face aos “movimentos sociais”, isto é, ao conjunto de iniciativas que estavam ocorrendo fora da órbita institucional, como formas de resistência, e animadas por reivindicações autonomistas. A estratégia da transição também reconhecera — ao menos numa de suas pontas — a “autonomia” dos movimentos, mas divergia quanto ao tipo de articulação a ser procurada. Para uma das tendências, bastava justificar-se a legitimidade da lógica aliancista frente à lógica da autonomia, em nome da urgência e da prioridade da “normalização institucional”, e impedir que interferisse uma na outra. Para outra tendência era necessário ganhar o apoio da lógica da autonomia para a lógica da barganha política e das alianças. Em outras palavras, ambas as tendências ainda operavam em chave instrumental, sem admitir a irredutibilidade das duas lógicas, que demandava outros modelos de articulação até então desconhecidos ou inaceitáveis.

Neste contexto não é difícil ver como “democracia” se tornaria um significante altamente sobredeterminado. Havia os atores “convencionais”, lutando por democracia política. Havia as múltiplas formas de reação aos traços autoritários das instituições sociais e culturais brasileiras, lutando pela derrubada da autoridade despótica, de processos de tomada de decisões não-negociados com os seus mais imediatos implicados e do acesso às oportunidades sociais por meio de clientelismo patrimonialista. Havia os “movimentos sociais” que lutavam pela extensão da noção de cidadania (“democratização” social e econômica). Havia os grupos “excêntricos” comprometidos com questões tais como o meio ambiente, a paz, os direitos das “minorias” (a maioria de mulheres, negros e índios), que lutavam pelo direito à diferença e pela extensão da agenda política (atividades econômicas ecologicamente responsáveis, democracia do “cotidiano”, fim do patriarcalismo, oportunidades iguais, etc.). Uma lista quase sem fim...

Democracia, assim, trazia como desafio para o campo intelectual um conjunto de interrogações quanto ao poten-

cial e aos limites da política nas sociedades contemporâneas, que estava longe de ser claramente admitido. Este conjunto poderia ser enfeixado pela afirmação de que **nada pode ser legítimo a menos que consiga o apoio (ou a ausência de oposição) da maioria, por meio de regras e procedimentos previamente determinados (também pela maioria); mas, por sua vez, nenhuma mudança abrupta, totalizante pode ser normalmente alcançada por meio de tais regras e procedimentos** (ver Melucci, 1989:165-79; 1991:15-19).

Então, “democracia” deveria qualificar um outro significativo: “transição”. Como resultado, a “transição democrática” ou “transição à democracia” sobredeterminaria o sentido do termo.

Os desafios postos pela natureza da “transição realmente existente” foram logo percebidos por (quase) todos os contendores: **tanto “transição” quanto “democracia” eram de fato significantes vazios,**¹¹ cujo sentido “concreto” dependia inteiramente dos tipos de articulação produzida pelos atores sociais (cf. Vianna, 1983; 1986; Lahuerta, 1985; Lehmann, 1990). A “transição concreta” do regime autoritário à democracia acabaria num dado momento (nova Constituição, eleição presidencial ou resgate da dívida social, por exemplo). Mas havia um excedente nas reivindicações por democracia que implicava muito mais que uma agenda de transição, que a excedia, apontando por concepções de democracia que não foram representadas, contempladas, admitidas no discurso hegemônico (ocupado pela coalizão liberais/esquerdas). Em suma, perde-se a certeza das fronteiras que separariam dois arranjos sociais perfeitamente distintos, porque a lógica da transição implica uma negociação com a velha ordem que cobra seu preço: seja como continuidades, seja como impossibilidade de rupturas radicais. Que fazer quando a transição é sem fim?

A indeterminação de uma “transição”, em outras palavras, pode ser lida como portão de entrada para o dilema “pós-moderno” implicado nas tentativas intelectuais de construir a “democracia necessária”. A transição certamente implicava uma possibilidade de ruptura, mas esta não era “revolucionária” no sentido tradicional deste termo. Reprodução do indefectível caminho “pelo alto”? Razão suficiente para rejeitar o processo como um todo? Ou se tratava de um ponto de inflexão para se pensar a democracia como um jogo aberto e indeterminado, a única maneira de conceber um projeto democrático de esquerda para hoje? Estas

questões não puderam ser respondidas senão bem no final dos anos 80. Mas uma coisa ficou estabelecida: quem quer que aspirasse ao poder tinha que chegar lá **hegemonicamente**, **"transitivamente"**, **democraticamente** (cf. Vianna, 1985).

Em grande medida, pode-se dizer que "democracia" tornou-se um ponto nodal para a constituição de novas identidades intelectuais ao lado de outras identidades sociais e políticas. Mas como?

Primeiro, é nesta conjuntura que a crise dos paradigmas faz sua aparição para atribular ainda mais a auto-estima enfraquecida daqueles intelectuais que já haviam acordado do sonho do "legislador" (o que obviamente não poderia ser dito dos economistas, que se transformaram no símbolo da versão tecno-burocrática de democracia que os "liberais modernos" defendiam). A fragmentação das subjetividades sociais; as manobras impotentes do projeto "de baixo" para hegemonizar o cenário institucional; a proliferação de lutas transversais,¹² que enfraqueciam uma política classista — tudo isto tornou-se impossível de reduzir a uma narrativa envolvente e única (cf. Sader, 1988). Também, a própria historiografia produzida pela estratégia autonomista a partir da experiência da dupla derrota mencionada no final do item anterior, se traduziu numa virada "temática" que lançou uma dura crítica à historiografia da "modernização" e da "revolução" — especialmente a insistência destas no caráter frágil e inorgânico da "sociedade" por oposição ao caráter forte e altaneiro do "estado". Antônio Gramsci, Rosa Luxemburgo, Cornelius Castoriadis, Michel Foucault, Claude Lefort e outros tornaram-se as principais referências teóricas desta reativação (no sentido husserliano) da origem política da história brasileira no século XX.¹³

Seja pela confissão de seus pecados "legislativos" anteriores (a geração que experimentara na pele a dupla derrota) ou pela demarcação de sua diferença em face dos dois outros imaginários que analisamos acima (a nova geração que se debatia com o legado do passado recente e com as incertezas do presente), autonomistas e transicionistas foram gradualmente se confrontando com as limitações de sua posição. Eles não podiam tudo. Nem sabiam tudo. Tampouco poderiam reduzir a variedade de experiências — culturais, religiosas, de gênero, raciais, etc. — a uma única narrativa, não importa quão insistentemente tentassem.

E, o que é mais importante, já não podiam ser os “guardiães coletivos dos valores societários” (Bauman). A lógica da autonomia (movimentos sociais), embora hegemônica pela lógica das alianças, permaneceu refratária a ser inteiramente dominada por esta última, tanto quanto à pulsão das estratégias intelectuais de decifrar o seu “ser” (i.e., dos movimentos). Por sua vez, demorou a compreender tanto a especificidade desses movimentos quanto da democracia que estava, pelo sim e pelo não, ajudando a construir. Alguns intelectuais finalmente se desencantaram com a “centralidade” que haviam atribuído aos movimentos sociais. Outros lançaram-se ao ataque das posições “irracionalistas” que começavam a surgir em resposta aos desafios do presente. Paradigmas perdidos...

Mas o projeto de democracia liberal conservador que tornou-se hegemônico não levou a melhor. Ele estava marcado pelas continuidades com a “velha ordem” e pelo medo de perder o controle daquele frágil consenso que o viu nascer e que lhe deu, com altos e baixos, apoio desde então. Mais, todas as tentativas feitas pelos “legisladores” remanescentes (especialmente os economistas heterodoxos de centro-esquerda) para controlar e superar a inflação, a recessão, o desemprego, os baixos salários, os baixos níveis de investimento produtivo, etc. — no mais das vezes à revelia da “sociedade civil” e/ou da “opinião pública” — revelaram-se fragorosamente mal sucedidas. O período 1985-1990, poder-se-ia dizer, correspondeu a uma “crise orgânica” em ambos os níveis, o campo intelectual (a “morte” do marxismo e outros paradigmas totalizantes ligados a noção de modernização) e a arena política (o reticente “projeto” liberal, contaminado por vícios e paranóias do período autoritário, e as alternativas de esquerda, presas entre uma dificuldade endêmica de relacionar a lógica da autonomia à lógica da transição).

3. A IM-PERTINÊNCIA DOS INTELECTUAIS

O enfraquecimento da função legislativa dos intelectuais, que levou da direção demiúrgica à frustração, foi respondido com o silêncio de quem se vê momentaneamente incapaz de reagir, ou foi relutantemente substituído por uma postura **interpretativa**. Para Bauman, “se a função (legislativa) permanece na nova visão, ela é confinada ao território intracomunal (dos intelectuais, JAB), à legislação a par-

tir 'do interior' de uma tradição, sempre agudamente consciente dos limites de sua aplicação e do relativismo de suas reivindicações de validade" (1992:19).

Naturalmente, uma possível reação é a de deplorar a falta de um "veículo de implementação", como Bauman denomina, da função intelectual, que pode assumir uma atitude pessimista ou cínica. Outra reação é a de reconhecer o potencial (que também implica **criá-lo, implementá-lo**) desta situação de impertinência. "Para a estratégia 'interpretativa'", acrescenta Bauman, "relatividade não é apenas um estado transitório, mas uma condição existencial do saber apoditicamente dada" (1992:21). No entanto, não concordamos com a conclusão deste autor de que isto levaria ao "total desaparecimento das questões de política e dominação" (Idem:23). Isto vai depender muito do empenho com que os intelectuais que ora redefinem sua identidade, a partir das experiências autonomista/transicionista, persigam as implicações de sua atual impertinência.

Há três sentidos em que o sentimento de impertinência pode se expressar. Primeiramente, ele significa uma experiência de independência, de não-pertencimento, um certo afastamento, um hiato, entre o intelectual e os objetos de seu desejo (de saber). Como várias análises reflexivas têm destacado (cf. Melucci, 1989; Santos, 1989; Bourdieu, 1990; Steier, 1991), não se pode mais pressupor um vínculo natural entre o intelectual e os atores sociais "leigos", seja na forma de coincidência de interesses, ou de aquele ser vanguarda (a máxima consciência possível) destes. Qualquer estratégia intelectual que queira fazer justiça a seus compromissos democráticos, terá que passar sem a presunção de interesses idênticos existindo previamente à negociação entre pesquisador e pesquisandos, entre assessor e assessorados. Certamente que pode haver atos de **identificação**,¹⁴ mas estes são sempre resultados alcançados e não pontos de partida previamente dados. O que o intelectual precisa nos atores "leigos" — informação, representações, confidências e reconhecimento, por exemplo — não é sempre o que os atores querem partilhar ou daquele esperam ou precisam. Desta forma, um primeiro signo da impertinência implica no deslocamento da idéia estrita de um "intelectual orgânico" (embora apenas), na medida em que o termo se refira a um papel auto-atribuído do/pelo intelectual. Se alguma relação orgânica deva existir, ela terá que proceder

de uma negociação de meios e fins. Ela terá que ser, no sentido forte do termo, resultante de uma **articulação**.

O segundo sentido da impertinência dos intelectuais deriva da idéia de não-pertencimento, mas inclui mais precisamente a noção de sua **não-subordinação**. A lógica instrumental que predominava nos imaginários da modernização e da revolução, em que a atividade intelectual somente pode ter um perfil político se for subsumida à liderança de um mestre, o estado, o partido, a "teoria universal", ou mesmo o movimento. Por um lado, haverá sempre um "excedente" de especificidade que alguns intelectuais não aceitarão submeter. Por outro lado, a articulação nunca consegue fundir, dissolver as identidades envolvidas, inclusive a do intelectual, embora as recrie. Isto quer dizer que mesmo a adesão mais entusiástica a um movimento ou projeto político não pode diluir-se em "ghost-writing" ou "mimetização". Há uma margem de autonomia a ser preservada das fortes demandas por representação lançadas ao intelectual (ou alimentadas por ele/a), que lhe abre a possibilidade da ironia e do humor.

Em terceiro lugar, impertinência também tem a ver com um senso de **irrelevância**, ou mais precisamente, com uma perda daquele sentimento de **superioridade e singularidade** decorrente do valor dos bens intelectuais: seus saberes, especialmente o conhecimento científico. Se o intelectual tem todo o direito de ser um **cidadão**, isto também quer dizer que, a este nível, sua contribuição não tem necessariamente maior qualidade e rigor do que aquela fruto de deliberação prudente e sensível de um "leigo". Ele/a não pode simular fragilidade ante seus pares e superioridade ante outros atores sociais. A ligação entre intelectuais e política neste contexto é desejável na medida em que aqueles reconheçam sua "dispensabilidade", sua falibilidade e suas limitações. Isto não deve destruir a importância que sua participação pode assumir, mas deve manter uma consciência de tolerância, justiça e solidariedade no meio de outros atores. Entre o específico da contribuição do intelectual — a produção de saberes — e a necessidade de articulação destes saberes em espaços definidos e limitados do social, em favor de atores sociais ali referenciados, existe um valor ético que decorre da situação de impertinência. "Dispensabilidade" que se expressa como "responsividade" e como "responsabilidade".



Ajuntemos somente mais alguns fios para concluir. A tentativa acima feita de relacionar as problemáticas dos “intelectuais” e da “democracia” numa situação “pós-moderna” não é fácil e certamente não foi completa. Na verdade, ela é passível de enganos na medida em que nunca se pode exaurir os contextos em que tais significantes podem aparecer. Se se quer ser fiel ao humor pós-moderno¹⁵, deve-se reconhecer inteiramente a possibilidade de se repetir os elementos de uma narrativa e citá-los em contextos distintos do seu “original”. Neste sentido, entendemos que este trabalho seja um exercício de leitura pós-moderna, não importa quão discrepante o seu “referente” pareça quando comparado ao que se esperaria dos contextos “originais” da Europa Ocidental e Estados Unidos.

Ademais, há questões políticas a fazer aos intelectuais “afinados” com o nosso tempo, que tomaram a forma desta presente narrativa. A questão da democracia é a questão da política. Como pode, portanto, a política ser vista **no terreno intelectual**? Poderíamos ser tão engenhosos a ponto de nivelar as diferenças? Deveríamos sair tão facilmente do reconhecimento da impossibilidade última de se fundamentar ontologicamente qualquer discurso político para uma concepção da política em que tudo é no final a mesma coisa e é igualmente aceitável? Ou concederemos, alternativamente, que alguns tipos de narrativa são/mostram-se mais poderosos, apelativos e/ou eficazes do que outros e, conseqüentemente, teremos a coragem de “sujar as mãos” em projetos quanto aos quais não temos nenhuma garantia de que se chegará “lá” sem traições ou desvios de rota, senão a de que hoje representam as nossas confessas “utopias débeis”?¹⁶

Nosso comentário final, o princípio de uma possível resposta a estas questões, é que se desejamos ser coerentes em relação a nossa adesão à natureza **interpretativa** da atividade intelectual, perfeitamente conscientes de sua contingência, é preciso ser capaz de ironizar nossa própria seriedade e sisudez, rir-se da luta ferrenha por reconhecimento e status travestida de respeitabilidade acadêmica. Deixar-se ir ao sabor dos ventos, com certezas intensas mas provisórias, maleáveis. Se há uma linha que liga a vida ao político (o qual significa que não podemos viver desvinculados de qualquer referência a contextos em que o mundo se

torna plausível e habitável, contextos que são ocupados por outros com os quais concordamos ou contra os quais lutamos), então a relevância política da atividade intelectual se encontra no mesmo nível da dos demais leigos, falíveis atores sociais. Num **suplemento** às “utopias débeis” daqueles. Não precisamos ser “nihilistas completos” (Vattimo), ou mesmo falhar em sê-lo. Talvez apenas **cidadãos-ironistas confessos**.

Insustentável como possa parecer, esta defesa minimalista de uma relação delicada entre a contingência da atividade intelectual e a necessidade de articulação em política pode ser o horizonte do nosso presente. Pelo menos não haverá nenhuma razão superior ou “objetiva” pela qual nossas escolhas não pudessem ser diferentes. Se isto não parece sério, que seja talvez um sinal de nossa im-pertinência.



NOTAS

- 1 — Sejamos bem claros aqui: “imaginário” não descreve um mero “sistema de idéias, crenças e representações”, mas antes toda a materialidade implicada na efetivação de tais atitudes — padrões de estruturação discursiva, instituições onde a ação é concebida, referenciada e implementada, e as estratégias empregadas durante o processo.
- 2 — A partir de 1922, o campo “socialista” foi incrementado pelo aparecimento de um novo competidor, os comunistas. Eles também eram bastante a favor de um estado forte como agente da modernização, que compensasse a incapacidade (ou debilidade) da “burguesia nacional” para tomar a cargo as tarefas que a História lhe teria confiado. Neste contexto — quase podemos ouvir as palavras de Lênin — o proletariado brasileiro teria que assumir a posição de direção e realizar as tarefas democráticas além das que lhe

tocariam historicamente conduzir, as socializantes. Revolução democrático-burguesa sob a direção do proletariado...

- 3 — “Nação” que, na realidade, indicava o nome de seu próprio projeto, uma vez que é perfeitamente possível imaginar outras acepções do termo, como “Povo” ou “Federação”, por exemplo, que implicariam em outros projetos de sociedade. A “Nação” era o projeto dos intelectuais de que falamos. Ver, por exemplo, o segundo imaginário, mais adiante.
- 4 — De acordo com Bauman, “Metaforicamente, o tipo de autoridade em que tal visão [moderna, JAB] do mundo colocava os homens de saber poderia ser descrita como ‘legislativa’. A autoridade incluía o direito de definir as regras que o mundo social deveria obedecer; e era legitimada em termos de um melhor juízo, um saber superior garantido pelo próprio método de sua produção. Sendo a sociedade e seus membros achados em falta (isto é, maleáveis embora até então modelados da maneira errada), a nova autoridade legislativa dos homens de saber estabelecia sua própria necessidade e prerrogativas” (1992:11).
- 5 — Estamos diante de um exemplo de **sobredeterminação**, a qual não deve ser entendida no sentido de algo que se apõe a uma determinação mais “profunda” e primordial, assumindo uma posição mais “superficial”, suplementar ou conjunturalmente importante. Antes, tomamos o termo no seu sentido freudiano, de uma múltipla acumulação de sentidos sobre a base de um dado “ponto nodal”, um ponto de referência que abriga diferentes sentidos (cf. Freud, 1976:231, 312, 388-89). No caso acima, o “projeto modernizador” se encontraria sobredeterminado por “estado”, “o nacional”, “o popular” (dentre outros significados). Em consonância com a análise dos sonhos de Freud, não se pode apagar ou isolar os múltiplos sentidos, pois eles são mutuamente constitutivos. O que mudará, num contexto histórico específico, é a posição que

- tais significantes ocuparão na cadeia de significação.
- 6 — A bem da verdade, como Gruppi, Bobbio e outros já demonstraram, a idéia de “hegemonia” não era estranha à social democracia russa, e foi mesmo a fonte das reflexões de Gramsci e dos comunistas italianos que acabaram por demolir o universo estratégico leninista desde dentro em décadas seguintes aos anos 30 (cf. Laclau e Mouffe, 1989:7, 19-29).
 - 7 — Vários grupos deixaram o Partido Comunista (PCB), ou saíram de sua esfera de influência, delimitando assim três fronteiras, os “comunistas reformistas”, os “comunistas revolucionários” e os “independentes”. Esta classificação é de amplo espectro e admite a heterogeneidade interna de cada campo. Os “independentes”, por exemplo, incluíam os “social-democratas”, os “socialistas” e os “não-alinhados”. Sua “independência”, na verdade, era vista em relação aos partidos políticos da esquerda, e não tanto em termos de uma posição “aconfessional”.
 - 8 — Esta vitória dos militares, a longo prazo, correspondeu a um reforço da razão “legislativa”, em sintonia com uma permanente suspeição da subversão vinda **de baixo** (isto é, **de fora** do estado encapsulado e autonomizado), e tomando a forma de uma concepção altamente tecnocratizada das políticas públicas. Estas foram transformadas numa questão de fórmulas matemáticas, simulações econométricas, e no reino da racionalidade econômica sobre a “imaginação” social. Curiosamente, este projeto também se definia como “revolucionário” e operava com uma psicologia do inimigo bastante semelhante estruturalmente àquela da esquerda revolucionária.
 - 9 — Uma das surpreendentes implicações desta postura foi a de descobrir que a própria noção de “intelec-

- tual" tinha que ser expandida a fim de dar conta de outras formas de saber fora da dimensão institucional das escolas e universidades. Foi neste contexto que Gramsci foi avidamente lido — e transformado numa referência **pedagógica**, além de política. Dois dos resultados deste processo foram a retomada de projetos de educação popular (de adultos), seja de alfabetização, seja de "formação", e a proliferação de centros de pesquisa independentes ligados direta ou indiretamente a Organizações Não-Governamentais (ONGs), cujo papel mediador tornou-se mais e mais proeminente ao longo do período 1978-1990.
- 10 — Na verdade, a categoria "trabalhador" tornou-se cada vez mais sobredeterminada, até que se tornou ampla o bastante para designar o primeiro projeto político partidário surgido basicamente destas forças novas, "de baixo", da dinâmica social brasileira pós-64, o Partido dos Trabalhadores.
- 11 — A expressão não representa um juízo negativo sobre os termos mencionados. Antes, queremos aludir ao fato de que não há um significado que corresponda, natural e estavelmente, a um dado significante. Mais, todo significado se apresenta como um significante de outros significantes. Neste caso, o sentido que venha a ser assumido por um termo como "democracia" dependerá inteiramente de decisões e contextos contingentes e historicamente situados, dependerá por assim dizer da hegemonização de um sentido sobre outros. Mas isto não apaga os demais, nem os torna mais densos. Antes expõe aquilo que Sausurre chamava de a arbitrariedade do signo.
- 12 — A expressão é tomada de R. Ashley, que descreve lutas transversais como "conflitos que não podem ser

conciliados com uma interpretação cartesiana de espaço, com sua insistência em fronteiras absolutas entre interior e exterior". Lutas que implicam em disputas pelo poder de disciplinar e controlar os recursos de um universo cultural, mas que jamais conseguem atingir este objetivo totalizante, alcançando resultados provisórios ou reversíveis (cf. Ashley, 1989:296-97). Diríamos ainda que o termo indicaria categorias e conteúdos sociais que não caberiam num mapeamento tradicional de classes sociais, estados nacionais ou de distinção público/privado, por exemplo.

- 13 — Os alvos principais desta reconstrução da história eram as idéias de um "estado de compromisso" (que implicava uma certa noção de "crise orgânica" gramsciana) e da revolução democrático-burguesa, por um lado, e a representação de uma classe operária fraca na historiografia "oficial" dos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Cf. Chauí, 1984; Decca, 1986; Munakata, 1984.
- 14 — De acordo com Mouffe, "... isto é possível porque o sujeito não tem uma identidade original (seja de natureza holística ou fragmentária) mas é primariamente o sujeito de uma falta (lack). Como resultado, qualquer identidade que ele tenha só pode ser constituída mediante atos de identificação" (1992:11).
- 15 — A propósito do conceito de pós-modernidade com que trabalhamos aqui, cf. Laclau, 1989 (esp. pp. 63-67).
- 16 — Tomamos esta expressão de Arditti, que a define como "imagens de futuro que cativam a imaginação das pessoas sem se lançarem para o fim da história. De-

...vem ser atuais ... Devem ser projetuais ... E devem ser necessariamente parciais ...” (1991:90-91).



BIBLIOGRAFIA

ARDITTI, Benjamin. 1991. “Intelectuales y política”, in **Conceptos**. Asunción, RP-CDE.

ASHLEY, Richard K. 1989. “Living on Border Lines: Man, Poststructuralism and War”, in James Der Derian e Michael J. Shapiro (eds). **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. Lexington, Mass./Toronto, Lexington Books.

BAUMAN, Zygmunt. 1992. **Intimations to Postmodernity**. London/New York, Routledge.

BOURDIEU, Pierre. 1990. “The intellectual field: a world apart”, in **Other Words — Essays Towards a Reflexive Sociology**. Cambridge, Polity.

CHAUÍ, Marilena. 1984. **Seminários: o Nacional e o Popular na Cultura Brasileira**. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense.

DECCA, Edgard S. de. 1986. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo, Brasiliense.

FREUD, Sigmund. 1976. **The Interpretation of Dreams**. London, Penguin Books (The Pelican Freud Library, vol. 4).

LACLAU, Ernesto. 1989. “Politics and the Limits of Modernity”, in Andrew Ross (ed.) **Universal Abandon? The Politics of Postmodernism**. Edinburgh, Edinburgh University.

_____ e MOUFFE, Chantal. 1989. **Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical Democratic Politics**. London, Verso.

LAHUERTA, Milton. 1985. "Cultura Política e Transição: entre a democracia e a barbárie", **Presença**, n.º 6, outubro.

LEHMANN, David. 1990. **Democracy and Development in Latin America: Economics, Politics and Religion in the Post-War Period**. Cambridge, Polity.

MELUCCI, Alberto. 1989. **Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society**. London Hutchinson Radius.

_____. 1991. **Liberation and Meaning: Social Movements, Culture and Democracy**. Trabalho apresentado na Workshop "Rethinking Emancipation — Concepts of Liberation". Haia, Holanda, Instituto de Estudos Sociais, mimeo.

MOUFFE, Chantal. 1992. "Preface: Democratic Politics Today", in C. Mouffe (ed.) **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community**. London, Verso.

MUNAKATA, Kasumi. 1984. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.

PAOLI, Maria Célia. 1991. "As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a Questão do Gênero", **Novos Estudos CEBRAP**, n.º 31, outubro.

RORTY, Richar. 1991a. "Unger, Castoriadis, and the romance of a national future", in **Essays on Heidegger and Others. Philosophical Papers, vol. 2**. New York/Cambridge, Cambridge University.

_____. 1991. **Habermas, Derrida and the Functions of Philosophy**. Trabalho apresentado como "Distinguished Lecture" do Centre for Theoretical Studies in the Huma-

Joanildo A. Burity

nities and the Social Sciences, Universidade de Essex, Inglaterra, mimeo.

SADER, Eder. 1988. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 1989. **Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro, Graal.

STEIER, Frederick (ed.). 1991. **Research and Reflexivity**. London/Newbury Park, New Delhi, SAGE.

VIANNA, Luiz Werneck. 1983. "Problemas de Política e de Organização dos Intelectuais", **Presença**, n.º 1, novembro.

_____. 1985. "Identidade, Política, Transição", **Presença**, n.º 6, outubro.

_____. 1986. "Um Processo à Procura de um Ator", **Presença**, n.º 8, setembro.

